

2.^a QUINZENA DE ABRIL DE 1986

TRIBUNA DE PERUIBE

PAGINA 9

O Imposto de Renda numa Reforma Tributária

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Tem-se discutido muito, nos últimos tempos, a fundação social do Imposto sobre a Renda. Por força de um modelo econômico irracional, que privilegiou o Estado, como empresário, retirando parcelas fundamentais de recursos do segmento privado (assalariados, trabalhadores autônomos e empresários) para uma administração indireta e ineficiente, o imposto sobre a Renda no Brasil, que deveria ser um tributo de nivelção dos desajustes sociais, se transformou em paternal auxílio à especulação financeira e insensível padrasto produtivo.

Compreende-se a tônica adotada. Os "deficits" públicos federais são os maiores responsáveis pela inflação brasileira, pois o Governo da União exige carga tributária desmedida, mantém os juros elevados no mercado financeiro e emite papel moeda em limites insuportáveis, exclusivamente objetivando obter recursos para cobri-los. Ora, como não pode pretender o Governo Federal reduzir seu "deficit" público, fundamentalmente provocado pela má "performance" das empresas estatais em projetos faraônicos — alguns de duvidosa necessidade — à evidência necessita conseguir o fluxo normal de ingressos, razão pela qual não pressiona fiscalmente os ganhos de capital.

Na Argentina, hoje, por seus próprios líderes considerada uma "Pátria financeira", no momento em que se pretendeu remunerar menos o capital especulativo, este saiu do país, acreditando, os especialistas, que entre 15 e 20 bilhões de dólares argentinos perambulam pelos Bancos Europeus e Americanos.

Ora, o Brasil — para evitar o êxodo de divisas — remunera altamente o capital financeiro e impõe baixa carga tributária, compensando-a com uma alta carga sobre as empresas e sobre o trabalho assalariado e autônomo.

O imposto progressivo no Brasil, incidente sobre as pessoas físicas atingiu a faixa de 60% para renda líquida anual em torno de 25.000 dólares nos fins de 1983, o que vale dizer, praticamente o dobro daquela que o Governo dos Estados Unidos exigiu para o mesmo patamar da renda líquida naquele país.

O desastroso modelo econômico, portanto, gera a necessidade de manter o Governo Federal elevada carga tributária sobre o segmento privado produtivo e suave pressão fiscal sobre a especulação financeira para evitar o êxodo de capitais e manter fluxo normal de recursos, objetivando cobrir os "deficits" públicos de sua ineficiência empresarial.

Ora, uma reforma tributária futura não poderá desconhecer tal realidade.